

Simples advertência

Os textos que compõem este «ensaio» são tão separados pelo tempo e pelas circunstâncias em que foram escritos, que parece impossível integrá-los sob uma rubrica com um mínimo de coerência interior. Todavia, o seu autor julgou poder fazê-lo e espera que os seus leitores rectifiquem a sua pretensão. A primeira parte, intitulada «O Exército ou a Cortina da Ordem» reporta-se aos anos longínquos de 58 ou 59 e publica-se tal como então foi redigida, com excepção de algumas páginas recentes, devidamente assinaladas. De outro modo, a sua publicação não teria sentido. Interrompido na data (ou datas) referida, este ensaio fazia parte de um tríptico que o autor, irrealista e ambicioso, pensara então dedicar às três realidades sociológicas que estruturavam o Estado Novo: o Exército, a Igreja e a Burguesia. Metaforicamente, após tratar a «cortina da ordem» propunha ocupar-se da «cortina de incenso» e da «cor-

tina do dinheiro», numa tentativa de desarticular, ao nível da reflexão, a boa consciência ideológica portuguesa tal como o Estado Novo a representava.

Tudo leva a crer que a redacção de «O Exército ou a Cortina da Ordem» tenha sido sugerida pelo aparecimento na cena política portuguesa do General Humberto Delgado, cuja aventura exemplar e condenada o autor seguiu do Brasil, onde então se encontrava. A falência dessa aventura, a persistência do conhecido contexto português, a própria natureza insólita do projecto e a consciência do seu total desfasamento em relação à atmosfera cultural do País nessa época devem ter contribuído para a decisão de interromper um texto, não só impublicável como «ininteligível». Relido após o 25 de Abril, com algum remorso retrospectivo de não ter tido a audácia de o levar a cabo, apareceu ao seu autor com uma paradoxal actualidade. Ou com provocante inactualidade. Por ambas e complementares razões se publica agora, iluminado por um contexto revolucionariamente subvertido mas que não anula e torna tão irreais ou inoportunas as considerações genéricas de 1958, como se poderia crer. Que as torne mais aceitáveis ou toleráveis do que nessa altura o podiam ser, também não é certo. Mas isso não é problema do autor.

Talvez porque essas páginas «antes 25 de Abril» existiam, tendo como objecto essa realidade tão dificilmente «pensável» que é o Exército, é que, a tantos anos de distância e na luz crua da descida brusca das Forças Armadas do seu «céu apolítico» à política mais revolucionária e urgente de que Forças Armadas se têm ocupado, retomámos o tema dos «militares e o poder»

a elas subjacente. A urgência e a cadência das questões que a metamorfose espectacular do papel das Forças Armadas na vida da Nação suscitou desde o 25 de Abril não podiam receber um tratamento tão «dialéctico» e distanciado como acontecera em 58. A segunda parte deste livro é pois mais o fruto de reacções quase pavlovianas ao «fenómeno MFA», cuja trajectória ainda não terminou e por isso mesmo não permite leitura minimamente estruturada, do que «ensaio» ou princípio de «ensaio» digno desse nome. Mas, de algum modo, os propósitos das duas partes são complementares e nessa complementaridade se unificam. Em 1958 parecia interessante, e mesmo política e ideologicamente útil, contribuir para destruir o mito do apolitismo do Exército, deixando entrever, através dessa desmitificação, a esperança de um descomprometimento das Forças Armadas com um Regime e uma Ordem que tinham nesse apolitismo o seu ponto de honra e a sua salvaguarda. Em 1975 não parece menos urgente pensar a nova «mitologia MFA», na medida em que a politização aberta das Forças Armadas em vez de introduzir, como se poderia pensar, uma clarificação definitiva nas relações entre elas e a Nação, lhe introduziu um suplemento de complexidade e perplexidade inegáveis. Daí que, para lá das peripécias espectaculares da nossa história recente, para lá do sucesso ou do insucesso das experiências políticas que o MFA cauciona ou condiciona, se ponha como problema teórico de urgência absoluta e de repercussão universal a questão mesma dos «militares e o poder», que pode mudar de forma mas não de substância ou só de substância quando de todo mudar de forma.

Quer os militares sejam conservadores ou revolucionários, a questão que as Forças Armadas põem ao conjunto da colectividade de que são, ao mesmo tempo, parte e expressão heterogénea, permanece. De um tempo em que não eram questão para o País nem para si mesmas (sociológica e subjectivamente falando), as Forças Armadas tornaram-se a questão da Nação sem que a Nação se sinta disposta a ser a questão das Forças Armadas. Destas visagens e miragens falam (muito superficial e provisoriamente) os ocasionais artigos que o autor consagrou, de perto ou de longe, ao MFA. São elementos de diálogo e de proposição sem mais pretensão do que essa. Aos ocasionais leitores cumprirá por sua vez dialogar com eles e confrontá-los com a questão, ou questões, que a nova figura das Forças Armadas no seio da Nação põe a todos os portugueses solicitados pelo destino da sua erupção revolucionária no horizonte de uma História que, no espaço de um ano, passou do sonambulismo à vertigem.

Vence, 17 de Agosto de 1975
EDUARDO LOURENÇO

NO ANTIGO REGIME

O exército ou a cortina da ordem

«O caminho dos homens passa pela guerra e pela carícia: os homens devem trilhar este caminho até ao fim.»

LUCRÉCIO

«Pompeu era um formidável soldado... pôs-se do lado da velha Roma, enquanto Júlio César ficou do lado dos deuses...»

B. SHAW

«De Formião, filósofo elegante, vereis como Aníbal escarnecia...»

Lusíadas, Canto X

«... estivemos na iminência de cair verticalmente na revolução social... Quem salvou a Nação da calamidade foi o Exército.»

PROF. DR. PACHECO DE AMORIM,
in Comércio do Porto, 1958

De todas as instituições, o Exército é sem dúvida aquela que oferece maiores dificuldades de compreensão sociológica activa. Sob certo aspecto, essas dificuldades são mesmo superiores às oferecidas pela existência da Igreja. Nós queremos dizer que as considerações sobre o Exército são imediatamente de natureza política concreta. Não há margem alguma, no estado actual das relações de força adentro da sociedade portuguesa (e de um modo geral em quase toda a parte), para que uma análise da estrutura, situação, finalidade e papel do Exército no conjunto da Nação possa crer-se ao abrigo da ilusão intelectual por excelência: a de tratar o objecto das suas considerações como se ele fosse *neutro*.

Com os seus eriçados muros, a sua cadência domesticada e popular, o seu brilho de aço, o seu inapelável culto do heroísmo ou da honra, está como um navio de guerra iluminado e solitário ao largo da Nação. A meio caminho entre a tempestade iminente que fascina e o folclore caro que tranquiliza e diverte, o Exército oferece ao conjunto dos cidadãos uma presença meramente *exterior*. Trata-se, no seu caso, de uma autêntica exterioridade, e não da exterioridade aparente que, por exemplo, a Igreja oferece. Em relação à Igreja, todos sabem que a sua realidade, mesmo a externa, é totalmente interior. Pela sua natureza, a Igreja obriga os que a contemplam ou a reintegrá-la (se já o não fazem), ou a excluir-se, pois ela mesma não tem exterior. Bem outro é o modo de ser do Exército na vida da Nação. Sociologicamente, ele mesmo se oferece como *lugar de passagem* para a maioria dos membros que em cada momento o integram. Idealmente, o soldado, mesmo

«dentro», está «fora», pois o seu serviço participa da necessidade social pura, da pura «obrigação». Daí o facto banal de que a vivência do «quartel», a experiência da vida militar, seja, para a quase totalidade daqueles que «passageiramente» a viveram, uma fonte ambígua de referências. O anedotário da «vida militar» reflecte ao mesmo tempo uma vaga revolta «formal» contra um mundo de «regulamentos» incompreensíveis e uma real complacência para com um tipo de existência onde afinal «se não fazia grande coisa». Nada caracteriza melhor do que as boas histórias da tropa, a «responsabilidade irresponsável» da existência militar. Mas nada revela melhor também até que ponto o Exército transfigurou sociologicamente a sua realidade naquilo que é apenas a sua máscara.

É preciso que soe a «hora da verdade» para que a máscara tombe. Mas, mesmo então, a descida da espada é tão fulminante, abrupta e desmesurada, que mais a reforça do que a levanta. As chamadas «mobilizações», na ordem externa, e «intervenções», na ordem interna, revestem-se do aspecto das calamidades naturais. O fenómeno é ainda agravado pelo facto de o Exército, mesmo em período de crise grave (e salvo nos países onde ele concentra o poder civil e o militar), continuar a oferecer-se a si mesmo e aos cidadãos a imagem de uma instituição *ao serviço* de algo. Assim, mesmo nos momentos em que o militar passa da existência formal (a da paz) à existência real (a da guerra ou da luta civil), o Exército determina-se sociologicamente como *algo exterior*, como instituição que não diz *eu* ou *nós* senão abusivamente. De resto, é um facto

que esse falar *em nome* do Exército raro é o do militar responsável, mas antes o do político que se julga — ou efectivamente está — de acordo com os objectivos formais próprios da «realidade» Exército. Em suma, esta antiquíssima e temerosa instituição amassada no culto de valores formais é de tal natureza, que a sua essência parece consistir sobretudo na recusa profunda e sistemática de *se pensar*. A meditação do tema «servidão e grandeza militares» parece bastar à necessidade profunda que toda a instituição tem de se descobrir uma razão de ser e perseverar nela.

Esta auto-ocultação parecerá, já de si, um óbice à compreensão do Exército ou, em todo o caso, do Exército na categoria sociológica da «instituição». Pois que se institui «nele» de particular para que a categoria de «instituição» lhe possa ser atribuída? Esta original dificuldade é anterior a todas as outras e explica por si mesma o carácter caricaturalmente *estúpido*, no sentido próprio do termo, da «realidade» Exército. Entendamo-nos porém: *a estupidez* militar não é o reflexo dessa obscuridade, dessa complexidade estrutural que não permite ver no exército uma *verdadeira* instituição. A recusa de *se pensar* (que nos tipos ou no anedotário se confunde com recusa pura e simples de *pensar*) consubstancial à existência actual do Exército não só não é um acaso, mas é uma necessidade, que na sua ordem testemunha da mais irrefragável lucidez. Esse *não pensar-se* é o ponto zero, mas é também o ómega, pois a ele deve o Exército a sua existência *actual*. De resto, o próprio público não discute o como que direito divino ou natural a essa radical *opacidade*, a essa existência imponente e absurda ao

mesmo tempo, que o Exército representa a seus olhos. Ao contrário, *é assim* que ele quer e pensa o Exército; em suma, sem querer próprio, mas *inteiramente voltado para fora, isto é, para o inimigo real ou potencial*. A razão de ser do Exército é de uma opacidade natural e ao mesmo tempo de uma transparência tal, que excluem toda a necessidade de justificação. Neste capítulo, a *estupidez* visceral do Exército — a sua incapacidade de autojustificação ou o seu mutismo inquietante — é exactamente o oposto da opacidade efectiva, indestrutível, da Fé sobre a qual uma Igreja se levanta. Esta origem obriga por si só a uma *pensabilidade sem fim* tanto mais intensa quanto mais próximo está o Fundamento do autêntico mistério. Nem por outra coisa o cristianismo suscitou uma torrente de pensamento como outra igual não se conhece. Estranhar esta vertigem dialéctica é nada ter compreendido da opacidade inerente à Fé. Inversamente, estranhar que o Exército *não se pense* — ou, mais cruelmente, que não pense — é nada ter compreendido da realidade Exército.

Todavia, a acusação popular, ou, mais propriamente, intelectual, de «estupidez» atribuída ao Exército tem um fundamento sério. Paradoxalmente, não se alicerça no seu «silêncio». O silêncio é sempre ambíguo e inquieta mais do que tranquiliza. A ironia só nasce nos lábios do «civil», mormente sob a espécie intelectual, quando justamente o Exército *se põe a pensar*, isto é, quando o Exército se põe a pensar como se fosse uma instituição *civil* ou, pelo menos, na linha dessa suprema tentação. Então, sim, com seguro instinto, o cidadão fareja a visível desordem desse *pensamento* e descobre nele a

marca indelével da «estupidez» no sentido vulgar do termo. O que o civil não sabe é que, procedendo assim, ele confirma o militar no seu papel *exemplar* e participa a fundo na mitologia própria do mesmo Exército que a si mesmo se diz que jamais *fala* senão para conservar o seu papel de *mudo supremo*; de árbitro, acima e fora das paixões dos cidadãos. Esta tão comum e, até certo ponto, fatal contradição, é um dos elementos — o segundo — que explica a dificuldade extrema de uma «compreensão» da realidade Exército. É necessário abordar horizontes libertos do baile de máscaras que o militar e o civil, simultaneamente, dançam entre si pelo simples *facto* de crerem um e outro na ficção das suas realidades independentes.

Como proceder? Antecipando sobre aquilo que constitui a trama mesma destas considerações, diremos que a aproximação do horizonte necessário para a compreensão da realidade Exército só é possível quando *ve-mos* com ofuscante clareza o cordão umbilical que liga o militar ao civil e o civil ao militar. Esta comunidade é mais radical do que as diferenças que os separam, ao menos neste momento histórico. Acontece porém que as duas mitologias — pois há também uma mitologia do civil — são a promoção sociológica das diferenças donde resulta a ocultação das afinidades. Assim se gerou este fenómeno sociológico prodigioso da *invisibilidade* (por parte do cidadão comum) daquela realidade que mais pesa sobre o viver colectivo, como se este viver só tivesse relações *exteriores* com a existência tão duramente paga da «nação em armas». Só a psicanálise e as efectivas relações interclasses do povo português po-

dem explicar tão assombrosa e total ocultação. Tudo se passa como se o cidadão comum, através da sua recusa de *compreender* o Exército ou de exigir dele a conduta *ideal* que as Forças Armadas se auto-atribuem, cumprisse a trajectória da sua cidadania ideal, o *mito de uma humanidade livre de obrigações (militares)*. Esta imagem que o cidadão se oferece de graça — magnífica imagem, se a vida (até hoje), não fosse ela própria «milícia» — é o retrato inverso do homem militar, substância do *mito da instituição nacional da pura autodefesa*. Acontece, porém, que esta última situação mítica se aproxima em certo grau da verdadeira realidade, e nessa medida representa uma ilusão incomparavelmente menor que a do «civil» instalado por inconsciência ou impotência no papel de quem, por definição, nem quer saber e tem raiva a quem saiba (como diz uma fórmula popular) de uma «coisa» tal como o Exército! Instalado na sua imaculada inocência de civil, prefere a comodidade injusta e fácil da «condenação» do Exército quando de repente se lhe toma visível a sua «nocividade», ao esforço penoso e viril de «compreender», de se conformar com a realidade proliferante do «monstro armado», quer dizer, consigo mesmo «armado», como se fosse um «outro».

Encerra esta ausência, ignorância, desdém (falso ou abstracto) uma forma particular de sabedoria a que sejamos obrigados a testemunhar a nossa homenagem? Nesta espécie de terra de ninguém ou terreno vago entre o Militar e o Civil dorme a garantia efectiva da paz caseira? Não significa essa talvez voluntária incompreensão do Exército a autêntica «compreensão»? Não

sugere assim o cidadão comum ao militar, que confia nele e crê na pureza das intenções do «glorioso» Exército? Com a sua passividade, não contribuirá para o manter na obediência aos grandes ditames do puro interesse nacional, confirmando-o no seu papel de «fiador dos supremos interesses da Nação»? Num contexto diverso do contexto português, muitas destas hipóteses poderiam receber uma resposta positiva. No nosso, responder afirmativamente seria corroborar e adensar até ao mais negro nevoeiro a já bem enevoadada paisagem de assombroso irrealismo histórico, político e social que é a nossa nos dias que correm.

Na medida das nossas forças — longe do que deviam ser — o nosso dever urgente é combater todas as formas desse irrealismo. Ora, acaso não exista entre nós segundo exemplo como este da existência do Exército tal como ela se estrutura no conjunto da realidade portuguesa. Nenhuma consideração de princípio ou de princípios, nenhum aviso de «perigo de morte» colado ao explosivo assunto, nos poderia desviar de uma análise cuja carência testemunha, quanto a nós, *o ponto mais baixo a que desceu o desinteresse efectivo da Nação pelas suas realidades fundamentais*. Um só escrúpulo nos poderia deter: o de não sermos nós, ou não termos nós, a autoridade suficiente ou os instrumentos de trabalho que seriam necessários para uma tarefa de tal monta como a da «compreensão sociológica» do Exército Português. Tais «senões» são a evidência mesma, e confessá-los é menos banal dever de lealdade intelectual do que mera antecipação sobre a capacidade judicativa dos leitores possíveis. Todavia, o que em outra

ocasião seria suficiente para nos deter não nos pareceu obstáculo último neste caso. Sem dúvida, deixa muito a desejar o nosso conhecimento da vida concreta das reacções profundas e mesmo, em larga medida, do próprio retrato que o Exército pinta para si mesmo no conjunto das directivas ideológicas ou das reflexões da sua hierarquia acerca da situação interna ou externa do país. Igualmente nos falham neste momento as referências às múltiplas publicações especializadas, lidas de maneira ocasional, *Revista do Ar*, *Revista Militar*, sobretudo, através das quais filtram, consciente ou ingenuamente, um sem-número de preocupações típicas da situação militar actual. Mas não importam muito ao nosso propósito tais conhecimentos e referências. Não é um estudo *técnico* do que é o Exército Português que nos propomos levar a cabo. Por isso é de somenos o acervo de documentos em que tal conhecimento se apoiaria. De certo modo, a possibilidade de tal estudo implicaria uma situação que tornaria uma parte do nosso ensaio sem objecto. Ora, nós começámos por sublinhar que a ignorância da situação, papel, fins do Exército na consciência média (e não só média) dos portugueses *faz parte* da realidade sociológica «Exército Português». Mais ainda: o género de ignorância que é o nosso resulta nessa maciça ausência de qualquer opinião ou ponto de vista, uma excepção, ou pouco menos. O simples facto de poder tomar o Exército como tema de reflexão estritamente ligado ao tema mais geral da «situação histórica e espiritual da Nação» já seria uma prova disso, pois, tal como aqui encaramos o assunto, não lhe conhecemos precedentes. Talvez o

mais estranho seja o facto de tal questão poder ter nascido no lado mais *inesperado*, isto é, do lado civil que nós representamos. Não interessa evocar aqui os motivos pessoais de tal preocupação. Sirva de simples índice o facto de o autor, entregue à meditação dos factores de irrealismo na actual sociedade portuguesa, ter fatalmente de deparar com a insólita existência do factor «Exército» na textura desse irrealismo. Breve se lhe tornou evidente que a *ocultação sociológica* da realidade Exército assinalava justamente o grau supremo do *irrealismo da sociedade portuguesa*.

O facto desta ocultação se nos ter tornado, por assim dizer, palpável, causará decerto menos assombro aos nossos leitores — que pelas condições do país pertencerão ao grupo *intellectual* ou *para-intellectual* — do que o caso de um «intellectual» ocupado com um tema tão alheio ao chamado mundo cultural. Nesta reacção não intervirá apenas a particular atitude de portugueses determinada pelo fenómeno que nos propomos esclarecer. Um gesto quase universal o sustentará no seu reflexo. Com efeito, se há tradição bem estabelecida — sobretudo burguesa —, se há acordo em matéria de afinidades sociológicas, é bem aqui. A *incompatibilidade* ou mesmo a *aversão* entre o intelectual e o militar são um lugar-comum das referências culturais. Toda uma literatura, desde Aristófanes (que, aliás, os meteu no mesmo saco...) até Remarque ou Hellmut Kirst, está cheia de reflexões pouco abonatórias para com o género *militar*. O intelectual representa nela o civil exacerbado. Porém, e contraditoriamente, uma outra literatura, quando não a mesma, segrega uma inegável fascinação

pelo tipo de existência que o militar encarna. O título e o conteúdo da obra de Vigny não ilustram melhor essa fascinação que as obras de um Tolstói, de um Bernard Shaw, para não falar de Stendhal e ainda menos da linhagem dos Kipling, de Saint-Exupéry ou Malraux, que na ficção ou na realidade se aproximam dessa espécie de «monstro» que é o intelectual-militar. Dir-se-á que em todos estes casos a fascinação é menos «militar» que «guerreira» e que a exaltação se dirige justamente à superação do *tipo militar*. O mito de Napoleão durante toda a época romântica, um certo culto de muitos intelectuais por figuras como Lyautey e Mouzinho, alimentam-se dessa diferença. Pode mesmo dizer-se que essa fascinação — de que o protótipo é Júlio César — responde no intelectual ao sonho compensatório da *acção* que nele é impotente ou rara. A aliança das «armas e das letras», ideal camoniano ou cervantino, não isento de interno dilaceramento, carta de nobreza e marca divina do «intelectual», é todavia um caso-limite que mais comprova do que afirma o *carácter sociologicamente negativo* das afinidades entre «o militar» e «o intelectual». Acresce ainda que esta relação sociológica não é a mesma do tempo de Camões e de Cervantes, nem para «o militar» nem para «o intelectual». Na óptica de hoje, um Camões, um Garcilaso de la Vega, Cervantes, ou mesmo Cortez, são susceptíveis ainda do título de «intelectuais» (com várias reservas), mas dificilmente de «militares». Como membros da dicotomia aversiva «militar-intelectual», como representantes de *dois mundos*, duas atitudes globais diante de si e da vida, «o militar» e «o intelec-

tual» são sobretudo uma realidade sociológica *moderna*. A sua existência, contudo, nem por isso é menos contestável e por sê-lo é que ela nos põe o problema ou questão que aqui nos interessa. Mas se tal relação negativa é um facto, como será possível esperar qualquer conclusão ou mesmo abordar o problema do «militar», e do «intelectual», numa perspectiva útil? Ou, alargando o âmbito da questão até aos limites que nos interessam, como é possível relacionar a existência e função do Exército com a situação global da consciência portuguesa e dos obstáculos político-ideológicos que lhe são inerentes?

Sem dúvida, o intelectual, sobretudo o intelectual *moderno*, tem tendência a enviar alegremente essa instituição para o rol do anti-Espírito. A sua reacção normal diante do monstro armado cuja finalidade desaprova e cuja existência lhe parece o cúmulo da insensatez é, *grosso modo*, a que se celebrizou sob o lema: «a pistola contra a cultura». Em última análise, sob o ponto de vista mítico, a imagem do militar é para o intelectual, normalmente progressista, a ilustrada pelo grito tenebroso de Millán-Astray, diante de Unamuno: *abaixo a inteligência!* Escusado será dizer que esta atitude é injusta para ambos os lados e elimina pouco lealmente o contexto anormal em que essa explosão de ódio intelectual se produziu. Todavia, esse extremismo exprime a verdade média das relações entre o militar e o intelectual. À frase de Millán-Astray corresponde da parte dos intelectuais, além da sátira tradicional, a agressão absoluta dos surrealistas resumida por Benjamin Péret numa obscenidade contra Foch de tal ordem

que muitos «patriotas» pediram por causa dela o fuzilamento puro e simples.

Este antagonismo do militar e do intelectual, pelo seu próprio carácter absoluto, esconde melhor o problema do que o manifesta ou resolve. Por um lado, o conflito, assim resumido, é demasiado «literário» e participa de uma mentalidade «niilista» tanto do lado militar como do lado intelectual. Fazer endossar a uma espécie de homens a explosão imbecil de um general seria pura má-fé. Crer que todos os intelectuais apoiariam Benjamin Péret seria dar-lhes igualmente, se não muita honra, ao menos muita coragem. Em qualquer dos casos, isso não nos faria avançar nem um passo na questão que nos ocupa. Ora, a questão não existe fundamentalmente porque há na sociedade actual uma instituição anacrónica, repulsiva, anti-humanística por definição, e em face dela uma espécie de homens, os intelectuais, particularmente conscientes desse carácter arcaico, nefasto, anti-humanista; ou, ao contrário, porque haja uma instituição essencial, encarnação da ordem, e em face dela indivíduos dispostos a contestar a sua imprescindibilidade e a ordem que ela imagina encarnar ou servir e todos os valores que a existência militar comporta, em suma, os inquietantes intelectuais. A verdadeira questão para nós não é a desse conflito, pois ele não tem em Portugal *autêntica dimensão sociológica*, tal é o abismo que separa na vida real da nossa comunidade a *existência militar* e a *existência civil*, particularmente a *intelectual*. A verdadeira questão é a dessa mesma separação porque no nosso espí-